

NÃO AO ORÇAMENTO

FEDERAL DOS BANQUEIROS DE 2019!

No dia 31 de agosto de 2018, Temer e sua equipe econômica mandaram ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2019 (PLOA 2019) que privilegia os Banqueiros em detrimento de serviços públicos como saúde, educação e investimentos sociais, destinando 43,59 % do orçamento federal para refinanciamento e pagamento de juros e amortização da dívida pública.

O orçamento federal para o ano de 2019 terá uma redução de 12% na verba de investimentos. Isso implica a não realização de compra de equipamentos, de construção de quadras, refeitórios e até mesmo de campus que a rede federal de educação necessita. Impactará negativamente, ainda, o serviço público em geral, assim prejudicando seriamente à população que necessita de serviço público de qualidade, sobretudo os setores mais pobres.

Essa medida, combinada com a Emenda Constitucional (EC) 95/2016, que já impacta negativamente a prestação de serviços públicos à sociedade, colocará em risco o funcionamento as próprias instituições públicas.

O governo objetiva congelar o reajuste salarial de várias categorias do serviço público que estava previsto para janeiro de 2019, o qual, vale observar, não repõe sequer as perdas salariais. Porém a cúpula do judiciário (Ministros do STF, STJ, TSE...) aprovou 16,38% de reajuste para si mesma; isso, em valores absolutos, pode chegar a mais de 5 mil reais em seus salários, destacando que não se aplica aos servidores que trabalham no judiciário. Importante lembrar que os TAE's do Sinasefe, Fasubra e centenas de milhares de servidores do executivo estão sem reajustes, acumulando uma perda salarial de mais de 23% em seus vencimentos.

Enfim, devemos dizer NÃO a esta proposta de orçamento que, em 2019, irá pagar 3,9 bilhões por dia aos banqueiros, através de um sistema fraudulento da dívida pública. No entanto, esse recurso poderia ser investido em educação, saúde, assistência estudantil e infraestrutura, oferecendo à sociedade serviços públicos de qualidade. O Congresso Nacional deve votar até 22 de dezembro de 2018 o orçamento de 2019. Assim, é preciso que cada servidor, junto com os usuários do serviço público, encampem essa luta, reivindicando um orçamento federal que atenda às necessidades da classe trabalhadora, a saber:

- **Revogação da Emenda Constitucional 95/2016, já.**
- **Suspensão do pagamento, e auditoria da dívida pública já.**
- **Por um orçamento público para atender às necessidades da educação pública, gratuita e de qualidade.**
- **Não ao orçamento de Temer que sucateia as instituições públicas e suspende o reajuste dos servidores públicos.**

5 DE SETEMBRO

DIA DE LUTA E DENÚNCIA DO ORÇAMENTO FEDERAL

DIGA NÃO À EC 95!



ESSA EC (EMENDA CONSTITUCIONAL) DE TEMER CONGELA O ORÇAMENTO PÚBLICO POR 20 ANOS, AFETA A SAÚDE, EDUCAÇÃO, CONCURSOS PÚBLICOS E PODE PROVOCAR DEMISSÕES. É PRECISO REVOGÁ-LA JÁ!



SINASEFE

CSP-Conlutas | CEA